

No Alto Rio Negro, contar historia de vida de mulheres que fazem cerâmica é reconhecer o protagonismo etnopolítico feminino¹

Sileusa Natalina Menezes Monteiro (PPGAS/UFAM/Amazonas/Brasil)
Maria Helena Ortolan (PPGAS/UFAM/Amazonas/Brasil)

Palavras-chaves: Mulheres indígenas; Cerâmica Tukano; Etnopolítica;

Introdução

Neste trabalho, as autoras apresentam suas reflexões sobre a importância etnográfica de fazer conhecida as histórias de vida (Kofes, 1994) de mulheres Tukano e Dessana que fazem cerâmica no Distrito de Taracua/Rio Uaupés, isto porque proporciona uma compreensão antropológica do fazer etnopolítico feminino no Alto Rio Negro. Estas reflexões fazem parte da pesquisa etnográfica de Mestrado realizada por Sileusa Natalina Menezes Monteiro, sob a orientação de Maria Helena Ortolan, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social.

No atual momento histórico das relações interétnicas no Brasil, reconhecemos ser ainda maior a relevância de escolher estas mulheres para contar suas histórias por suas ações não possuírem o mesmo destaque político (nacional e internacional) que as de outras lideranças femininas com papéis representativos relevantes assumidos em espaços públicos mais amplos, sejam eles tanto os governamentais (por exemplo, Congresso Nacional, Ministério dos Povos Indígenas, FUNAI, SESAI, etc.) como os não governamentais (por exemplo, organizações indígenas de representatividade regional e nacional, Fóruns nacionais e internacionais, redes sociais).

As histórias de vida das mulheres produtoras de cerâmica no Alto Rio Negro abordam mais do que feitos pessoais, por demonstrarem como a história dos povos indígenas no Brasil é composta por ações cotidianas de resistência que são praticadas nos contextos das relações interétnicas locais e regionais nos quais os povos indígenas estão inseridos. Ou seja, falar das experiências de vida destas mulheres fazedoras de cerâmicas no Alto Rio Negro é reconhecer historicamente a importância do protagonismo etnopolítico feminino quando "da carne da terra se faz a cerâmica".

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (2024).

Sileusa Natalina Menezes Monteiro, que pertence ao Povo Imikomahsã (Dessana), tem a história de sua família entrelaçada com a história destas mulheres. A história de vida dos familiares de Sileusa, assim como das mulheres fazedoras de cerâmicas em Taracuá, é exemplar quanto aos desafios cotidianos enfrentados pelos povos do Alto Rio Negro para manter sua diversidade étnica em um contexto histórico de imposição cultural do modo de vida ocidental, como também sua autonomia como povo indígena com direitos específicos inseridos no Estado brasileiro.

Contaremos aqui, de maneira mais breve do que futuramente será apresentado na versão final da Dissertação, histórias de mulheres Tukano e Dessana que fazem da cerâmica e seu protagonismo etnopolítico.

Uma breve narrativa sobre a pluricidade étnica no Alto Rio Negro

Antes de falarmos das histórias das mulheres Tukano e Dessana, é importante ressaltar que essas histórias estão situadas em contexto territorial indígena caracterizado pela pluricidade étnica na região do Alto Rio Negro. Caberia a nós aqui chamar atenção, mesmo que de modo breve, para esta situação devido os entrelaçamentos de histórias de vida implicarem em relações "inter-étnicas" (neste caso, estabelecida entre povos etnicamente diferentes, mas que compartilham de relações e práticas culturais, como a língua Tukano ou casamento entre grupos distintos etnicamente).

O município de São Gabriel da Cachoeira está localizado a noroeste do Estado do Amazonas, apresenta uma extensão territorial de 109.192,562 km², população estimada em 51.795 mil habitantes. Desses habitantes, 45.919 mil são indígenas, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022). Faz fronteira com a Colômbia e Venezuela, e é uma das regiões com maior diversidade étnica e linguística da Amazônia, são 23 povos indígenas, 16 línguas indígenas faladas e 04 línguas indígenas cooficializadas (Tukano, Nhegatu, Baniwa e Yanomami).

Apesar de cada povo, cada clã, possuir uma narrativa própria sobre o surgimento da humanidade na região do Alto Rio Negro, há pouquíssimas diferenças dependendo de quem conta a narrativa e ao qual povo pertence.

O povo Imikomahsã - "gente do universo" - tem o início da sua narrativa de surgimento quando ainda eram Pamurĩ Mahsã (Gente de Transformação), juntamente com os outros povos da região do Alto Rio Negro, dentro do Pamurĩ Yukisi- Cobra-Canoa, conhecida também como Canoa de Transformação. Esta saiu do Lago de Leite (Baía do Guanabara) até o Rio Amazonas, Rio Negro e Rio Uaupés, até chegar à

Cachoeira do Ipanoré (Baixo Rio Uaupés), onde está localizado o buraco de surgimento da humanidade, na Cachoeira chamada Pamurĩ Poewá, onde os Pamurĩ Mahsã (gente de transformação) emergiram para o mundo, tornando-se humanos. Porém, perceberam que a Cachoeira do Ipanoré ainda não era o centro do mundo, retornaram novamente ao Pamurĩ Yukisi - Cobra-Canoa e iniciaram uma nova jornada rumo ao centro do mundo, seguindo a viagem para Rio Papuri e emergindo novamente ao longo do curso do rio para se tornarem humanos.

Por essa narrativa, compreende-se que o Rio Papuri é uma região culturalmente muito importante para grande parte dos grupos da família Tukano Oriental, pois ao longo do curso do rio estão os territórios ancestrais e sítios históricos de vários grupos étnicos e seus clãs, como os Tukano, Dessana, Piratapuia, entre outros. Alguns grupos e seus clãs permaneceram no Rio Papuri com seus descendentes formando aldeias, outros deslocaram para outras regiões da Bacia do Rio Uaupés e Rio Tiquié, formando aldeias ao longo do curso dos rios, tanto no território brasileiro e colombiano.

O Povo Imikomahsã, denominados pelos colonizadores de Dessana. Habitam as margens do Rio Uaupés e seu afluente Rio Papuri e Rio Tiquié, na reserva indígena Balaio localizada na BR 307 km 100. Grupo constituído hierarquicamente por clãs, exogâmico, patrilinear e majoritariamente falantes da língua indígena Tukano. São especialistas nas cestarias como cumatá², peneira e tipiti feitos de arumã³. Em épocas passadas, eram realizadas trocas desses materiais por outros tipos de utensílios e produtos que não dominavam na sua arte e produção.

Esse processo acontecia em sua maioria com o povo Tukano, o qual era considerado uma espécie de cunhado, visto que no passado os povos indígenas participavam de uma ampla rede de troca, que incluía rituais, troca de utensílios e casamento. Porém, com a interferência da colonização os modos de viver sofreram mudanças.

Histórias de vida entrelaçada: a indígena pesquisadora e as mulheres fazedoras de cerâmica no Distrito de Taracuá

Quando Sileusa Natalina Menezes Monteiro decidiu fazer pesquisa etnográfica com as mulheres indígenas fazedoras de cerâmica no Distrito de Taracuá, no Baixo Rio

² Cumatá é uma espécie de peneira redonda com trançado bem cerrado que serve para colocar a massa de mandioca. Onde o líquido cai numa bacia e decanta embaixo a goma e em cima o líquido venenoso.

³ Arumã é uma planta de cana de colmo liso e reto utilizado na confecção de cestaria dos povos indígenas.

Uaupés (região do Triângulo Tukano, Terra Indígena Alto Rio Negro, Município de São Gabriel da Cachoeira), ainda não havia compreendido totalmente como a história de vida de sua família estaria entrelaçada ao fazer cerâmica dessas mulheres. Incentivada pela sua orientadora a refletir sobre seu "lugar" como Dessana pesquisadora da área de Antropologia interessada em estudar o fazer cerâmica no Distrito de Taracuí como etnopolítica feminina, Sileusa passou a reconhecer que sua trajetória familiar também constituía parte do campo etnográfico. Por isto, iniciaremos narrando esta trajetória (Ortolan e Gramkow, 2019).

Wisú, pertencente ao Povo Imikomahsã, conhecido na literatura como Povo Dessana, foi registrada na certidão civil como Sileusa Natalina Menezes Monteiro, filha de Diakuru Olavo Monteiro, do povo Dessana e Yusio Josefina Menezes, do povo Tukano. Seus avós paternos são Siripó Domingos Monteiro, do Povo Dessana, e Duhigo Maria Lopes, do Povo Tukano. Seus avós maternos são Iremiri Benedito Menezes, do Povo Tukano e Anásaro Natalia Correia, do Povo Tariana. Sileusa nasceu na comunidade Vila Nova, Baixo Rio Tiquié, Município de São Gabriel da Cachoeira, à noroeste do Estado do Amazonas.

Os ancestrais do Povo Imikomahsã (Dessana), Clã Dìhputiro, tem uma trajetória de mobilização que passa pelo Akó Ìsã (Rio Papuri); Mumiyã (Rio Ira); Kìhsa (Rio Tiquié); Dia Pahsa (Rio Uaupés) e Rio Negro. Segundo conta seu pai, Diakuru Olavo Monteiro, os Dessana, do Clã Dìhputiro ao qual Sileusa pertence, têm seu local de surgimento em Mosã Kayã – Igarapé Urucum, no Rio Papuri. Viviam em duas aldeias, Mimi Bu'a - Morro do Beija-flor, atualmente conhecida como comunidade Santa Marta, e na Aldeia São João, no Igarapé Bereyá. Diakuru afirmou para a Sileusa que “nesse território encontra-se o centro da narrativa do nosso Povo Dessana clã Dìhputiro”.

Como o passar do tempo, o clã cresceu e o território ficou pequeno, surgindo conflitos. Isso resultou em deslocamento de alguns grupos para outro território em busca de novas áreas de caça, pesca coleta e roçado. Diakuru contou a Sileusa que “os nossos avós partiram para outro lugar por meio de um varadouro (trilha/caminho) até chegar à aldeia Cucura no Rio Tiquié, permaneceram lá por pouco tempo”. Nessa época, já havia varadouros (trilhas ou caminhos) que ligavam o Rio Papuri ao Rio Tiquié, sendo assim muitos grupos do Povo Tukano e Povo Dessana já tinham se deslocado para Rio Tiquié ou circulavam usando as trilhas para visitar seus parentes ou para caça e coleta de frutas.

Em seguida, desceram pelo Rio Tiquié e entraram no Rio Ira, afluente do Rio Tiquié, habitando em dois lugares, no Sitiya Pitó e Cachoeira do Rio Ira. Nessa época, o avô de Sileusa, Siripó Domingos Monteiro, já havia nascido (segundo o registro de nascimento civil, nasceu no ano de 1912). Por lá viveram conforme seu modo de vida e regras estabelecidas.

Antes da colonização, os povos indígenas do Alto Rio Negro, possuíam autonomia em gestar seus territórios conforme as regras estabelecidas por eles, não existiam fronteiras de território, podiam se deslocar e circular livremente para vários lugares em busca de novos territórios de abundância em pesca, caça, coleta e roçado. Sempre respeitando as regras estabelecidas desde os tempos ancestrais no que diz respeito a relações interétnicas, à gestão e manejo de recursos naturais, gestão ambiental e territorial, gestão de conhecimentos, cosmologia.

Um marco histórico relevante na vida dos povos indígenas no Alto Rio Negro foi a chegada de missionários à região, no ano de 1915. Uma das sedes da missão salesiana no Alto Rio Negro foi construída quando em 1918 os missionários salesianos chegaram à aldeia dos Tukano do clã Bohsó Kaperi Porã, Merê Weri Wii, conhecida atualmente como Distrito de Taracua. Em 1923, o internato começou a ser construído, mas somente em 1925 iniciou seu funcionamento, atendendo crianças e jovens de toda a calha do Rio Uaupés e Baixo Rio Tiquié. A presença missionária no território indígena tinha como objetivo catequisar e civilizar os povos indígenas da região para integrá-lo. Entre tantos conhecimentos e práticas culturais dos povos indígenas que foram atingidos pela colonização, está o fazer cerâmica, cuja tecnologia de produção ficou restrita ao conhecimento de pouquíssimas mulheres indígenas.

Com a chegada dos missionários católicos salesianos, no início do século XX, a cerâmica dos povos Tukano começou a ser substituída por utensílios de metal. Naquela época, os padres trocavam produtos industrializados como terçados, bacias, espingardas, anzóis e panelas de alumínio por mão-de-obra indígena para a construção das missões da região, além de farinha e outros produtos. Bacias para decantar a goma espremida da massa de mandioca, fornos para torrar farinha e assar beiju, panelas para cozinhar peixe e carne de caça, trempes para apoiar panelas no fogo, camutis para fermentar caxiri, alguidares para carregar e armazenar água estão entre os objetos de cerâmica que começaram a desaparecer, rapidamente sendo suprimidos pelas mercadorias dos pehkasã. Todo o complexo conhecimento relacionado à manufatura da cerâmica manteve-se vivo somente com algumas anciãs (Caldas *et.al*, 2020, p.11).

Nesse período, os parentes de Sileusa deixaram seus tios no Rio Ira e deslocaram-se novamente para Baixo Rio Tiquié, na aldeia Kahsaya - Matapi, onde

residiam seus cunhados do Povo Tukano. Como tinham laços de parentesco e histórico de troca, desde rituais aos casamentos, os Tukano aceitaram os Dessana a morar na aldeia. Nessa época, os bisavôs de Sileusa já tinham falecidos. Foi quando seu avô Siripó começou a trilhar a sua trajetória sem a presença dos seus pais e tios.

Siripó casou-se com Duhigo, Maria Lopes do Povo Tukano, do clã Kohapá Porõ, deslocando-se novamente e estabelecendo moradia na aldeia Poari Iri - Colina no Baixo Rio Tiquié, aldeia da avó de Sileusa, onde construíram a sua família com seis filhos (três meninos e três meninas), sendo seu pai Diakuru o primogênito. Porém, seu avô por ter sido um dos primeiros alunos internos, já tinha aprendido marcenaria e trabalhos de pedreiro e foi requisitado a morar na Missão Salesiana de Taracuí, para ajudar na construção da Igreja e das instalações do internato feminino. Sendo assim, a avó de Sileusa teve que se desdobrar sozinha para criar os filhos na aldeia durante a permanência do marido em Taracuí. Esta é uma das consequências da colonização que rompe o processo cultural específico da educação indígena. Nessa época, já tinha sido imposto a nova forma de residência, já não moravam em malocas, cada família tinha sua casa.

Seu pai Diakuru nasceu na aldeia Colina e quando tinha 09 anos foi para internato na Missão Salesiana do Distrito de Taracuí. Na juventude, no internato, conheceu a mãe de Sileusa, Yusio Josefina Menezes, do povo Tukano, da aldeia Serã Yoã – Ananá, localizada no Baixo Rio Uaupés. Construíram uma família com sete filhos (seis meninas e um menino), residindo na aldeia Colina/Rio Tiquié.

Durante sua infância, Sileusa sempre ouviu dos seus avôs, pais e familiares, narrativas sobre suas vivências na época do internato. Das regras rígidas impostas pelos missionários, do sofrimento por violência física e psicológica, ensino aprendizagem rígidas a base de castigo e os trabalhos domésticos a modelo ocidental. Por outro lado, apesar de todo sofrimento vivenciado, afirmavam que se não fossem os missionários não teriam aprendido outras formas de trabalho e sociabilidade.

A mãe de Sileusa afirmou que, quando casou com o pai da Sileusa, sofreu muito porque dominava pouco os trabalhos domésticos indígenas (roça, produção de farinha beijú, caxiri, entre outros afazeres), por conta de ter passado a maior parte da infância, adolescência e juventude no internato. Mas, mesmo assim, ela considera que conseguiu vencer a dificuldades.

Em busca de acesso à educação escolar dos filhos, o pai da Sileusa deslocou com sua família para o povoado de Taracuí, no Baixo Rio Uaupés, no qual morou durante 22

anos. Sileusa conta que era um povoado multiétnico, no qual seu pai se tornou liderança tradicional, durante uns cinco anos. Ele era uma liderança que valorizava o diálogo e o respeito, seja nos momentos bons ou nos momentos de conflito.

Por necessidade de oferecer estudos e acesso ao ensino de nível superior para seus filhos, Diakuru, mais uma vez, mudou com sua família para a sede da cidade de São Gabriel da Cachoeira no Rio Negro, aonde reside há 16 anos. Esta decisão tomada pelo pai de Sileusa afetou diretamente sua vida, pois graças à oportunidade de ter uma educação escolar, ela conseguiu ser licenciada em Educação Escolar Indígena na área de Ciências Humanas e Sociais, pelo Curso de Formação de Professores Indígenas da Faculdade de Educação - FACED, Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Este curso é resultado da luta do movimento indígena, Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro - FOIRN em parceria com UFAM, Instituto Federal do Amazonas – Campus São Gabriel da Cachoeira, movimentos sociais e a Prefeitura Municipal de São Gabriel da Cachoeira.

No ano de 2021, Sileusa teve experiência como professora indígena na aldeia de Cabari, localizada no Médio Rio Negro, no município de São Gabriel da Cachoeira. Esta é uma aldeia com povos Baniwa, Curipaco, Tukano, Hupda e Baré, que são falantes de língua indígena Baniwa, Tukano, Curipaco, Nengatu, Hupda, além da língua portuguesa. Nessa ocasião, lecionou em turma multiseriada, que abrangia 4º e 5º anos do Ensino Fundamental. Foi uma experiência desafiadora para Sileusa, por trabalhar com duas turmas em única sala de aula, lecionando nove disciplinas (Língua Portuguesa, Língua Indígena, Artes, Matemática, História, Geografia, Ciências, Educação física, Formas Próprias de Educar), com alunos falantes de línguas indígenas diferentes e de contextos específicos.

Esta experiência enriquecedora a fez compreender que precisava ter um olhar antropológico teórico para poder contribuir no fortalecimento da Educação Escolar Indígena e também com a comunidade, em especial com as mulheres indígenas. Durante estas vivências, Sileusa refletiu sobre o quanto ainda continua sendo desafiador para as mulheres indígenas serem protagonistas e estarem presentes no espaço mais amplos de tomadas de decisões, apesar dos avanços envolvendo políticas específicas para mulheres.

No ano de 2023, Sileusa ingressou no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas para fazer seu Mestrado, com o projeto de pesquisa sobre o movimento de mulheres indígenas no Alto Rio

Negro, direcionado mais especificamente à Associação de Mulheres Indígenas da Região de Taracuí - AMIRT (Moreira, 2017). Pela escolha temática de seu projeto, Sileusa buscou a Professora Maria Helena Ortolan para ser sua orientadora, depois de ter conhecido seus trabalhos de pesquisa sobre o movimento indígena (Ortolan Matos, 2006). Pode-se dizer que este encontro acadêmico firmou entre as duas um compromisso teórico-metodológico reflexivo que teve como uma das suas consequências a escrita deste trabalho, além de ter em vista a elaboração da escrita da Dissertação pela mestrandia Dessana.

Após iniciar o trabalho de campo (Cardoso de Oliveira, 1998) de sua pesquisa no Distrito de Taracuí, Sileusa passou a observar a "Cerâmica Tukano" como um artefato político e de resistência de mulheres indígenas do Distrito de Taracuí. Pelo termo "Cerâmica Tukano", estamos nos referindo à cerâmica produzida pelas mulheres pertencentes ao tronco linguístico Tukano oriental, que se tornou uma marca coletiva para a comercialização da cerâmica e também o livro escrito pelas mulheres ceramistas em parceria com a FOIRN e ISA: *Cerâmica Tukano* (Caldas *et.al*, 2020).

Sileusa passou a ter uma nova perspectiva analítica para pesquisar as mulheres do Distrito de Taracuí: a cerâmica faz de sua prática no cotidiano "um" fazer político de mulheres indígenas no Alto Rio Negro. Este novo olhar motivou Sileusa e sua orientadora de Mestrado a fazer leituras etnopolíticas das histórias de vida dessas mulheres. Isto também levou Sileusa a querer saber mais sobre como a cerâmica também estava presente na história de vida de sua família na região.

Contar histórias de vida de mulheres de Taracuí com a perspectiva de "um" fazer político da "Cerâmica Tukano"

A compreensão de que há "um" fazer político das mulheres indígenas do Distrito de Taracuí ao produzirem "Cerâmica Tukano" está fundamentada no reconhecimento da agência etnopolítica feminina em contextos diários da vida de suas famílias, comunidades e povos. Esta agência configura-se pelos conhecimentos que as mulheres indígenas possuem referenciadas pelas suas ancestralidades e repassadas de geração em geração, por meio da oralidade, técnicas, habilidades e vivências.

Ressaltamos que nem todas as mulheres indígenas do Alto Rio Negro têm habilidades e práticas em fazer cerâmica, mas sendo este saber político construído pela dinâmica cultural, por exemplo, quando as mulheres pertencentes a diversos povos estão

reunidas e aprendem umas com as outras. Dessa forma, o conhecimento de fazer cerâmica torna-se um conhecimento coletivo, formando um entrelaçamento de relações interétnicas, ligados à ancestralidade e constituídos de experiências, saberes, técnicas e habilidades, além da afirmação do pertencimento étnico, tendo como resultado o artefato (cerâmica).

As mulheres indígenas ao fazer "Cerâmica Tukano" dialogam com os parentes indígenas e com *perkasã* (não indígenas), assim como dialogam e negociam também com *Wai Mahsã* (seres da natureza). No fazer cerâmica, as mulheres pedem a permissão para avó da argila para coletar o barro, assim como fazem *Betisé* (cuidados) para que tenham sucesso no processo de produção cerâmica. Portanto, o corpo feminino indígena dentro do território também é um corpo político, na qual as mulheres indígenas são protagonistas. Assim como reconhecemos a voz da mulher indígena que fala em espaço público fora da aldeia como sendo política, na aldeia sua voz não é individual, pois também representa a voz coletiva de outras mulheres, dialogando com vários corpos indígenas de diferentes povos e territórios e com não indígenas. Sendo assim, é importante extrapolar a compreensão da etnopolítica feminina como sendo aquela exercida no movimento de mulheres indígenas e por meio de sua participação em associação de mulheres, ocasiões de maior visibilidade justamente por acessarem espaços públicos mais amplos de tomadas de decisões. O tom etnopolítico da voz da mulher indígena está presente no espaço dos afazeres cotidianos como o da "Cerâmica Tukano". É preciso considerar estas práticas etnopolíticas cotidianas como fazendo parte das decisões coletivas dos povos do Alto Rio Negro, sejam elas referentes aos assuntos de âmbitos local, regional e nacional.

As mulheres do Distrito de Taracúá ao contarem suas histórias de vida falam do seu corpo como não indissociável do território. Hoje, as próprias mulheres indígenas organizadas em movimento (como na *Marcha das Mulheres Indígenas*, realizadas em Brasília) reconhecem que seu corpo é território, assim como o território é seu corpo. Na contemporaneidade, mulheres indígenas estão se afirmando, cada vez, mais protagonistas políticas por estarem diretamente conectadas com o universo, com a terra e com o bem viver coletivo. O que é preciso dizer agora é fazer estas afirmações considerando as práticas diárias das mulheres como no fazer "Cerâmica Tukano". Isto implicaria em valorizar as histórias de vida dessas mulheres a partir também do ponto de vista etnopolítico.

A história de vida de Dona Anita Lemos, pertencente ao Povo Arapaso, é um excelente começo para esta nova perspectiva analítica. No território do Distrito de Taracuí, enquanto para muitas mulheres indígenas o conhecimento de fazer cerâmica adormecia no seu sono profundo, Dona Anita Lemos colocou em prática o fazer cerâmica e ensinou suas filhas Regina Duarte e Monica Duarte. Quando seus filhos se casaram, Dona Anita repassou este conhecimento também para suas noras. A narrativa do filho de Dona Anita, Sebastião Duarte, contextualiza historicamente muito bem como a vivência étnica de sua mãe está entrelaçada com o fazer da cerâmica no Distrito de Taracuí como uma agência indígena, portanto política, de valorização cultural com perspectiva de autonomia econômica:

Se hoje Taracuí é um grande polo de cerâmica da região do Alto Rio Negro, certamente o incentivo deixado por Anita Lemos, do povo Arapaso, foi fundamental para que isso acontecesse. Ela nasceu em 1932 no Distrito de Iauaretê, e em 1969 se casou com João Duarte, do povo Tukano, na comunidade de Taracuí, onde fixaram residência. Anita vinha de uma família muito ligada às tradições indígenas, portanto era uma grande conhecedora de histórias, gastronomia, bebidas e cultura material. Quando não estava trabalhando na roça, fazia artesanatos com fibra de tucum que os salesianos trocavam por roupas e outras mercadorias. Ela também possuía vasto conhecimento sobre como trabalhar com argila, seguindo rigorosamente cada passo no processo de fabricação da cerâmica. Entre os anos 1985 e 1989 acontecia o debate relacionada à demarcação das Terras Indígenas no Alto Rio Negro, e sua família era muito ligada ao movimento indígena. Em uma ocasião chegaram em Taracuí indigenistas do CIMI (Conselho Indígena Missionário) que, além de apoiar a demarcação das Terras Indígenas, faziam um trabalho de valorização da cultura. Ao verem as cerâmicas na casa de Anita, incentivaram a produção dessas peças para venda, e assim Anita passou a ter alguma renda com a cerâmica. Anita passou esse conhecimento para suas filhas e noras. Uma delas, Clara Mota Massa, do povo Desana, participou de muitas oficinas de trocas de conhecimentos e ensinou a muitas ceramistas de Taracuí todo o processo. Anita faleceu em 2005, aos 73 anos, vítima de malária, deixando um abundante legado para suas noras e para a comunidade ceramista no Alto Rio Negro. (Depoimento de Sebastião Duarte citado no livro *Cerâmica Tukano* - Caldas *et.al*, 2020, p. 60).

Histórias de vida como a de Dona Anita são referências etnográficas importantes para compreendermos como este saber ancestral de fazer cerâmica, é fundamental para fortalecimento do conhecimento de transformar "a carne da terra em cerâmica" na região de Taracuí, é parte de "um" fazer político que atualmente tem, estrategicamente, envolvido tanto as mulheres que já tiveram algum contato com a "carne da terra", por meio de suas mães, avós e tias, como também aquelas que não tinham nenhum contato com argila antes (por meio da realização de oficinas). Portanto, as mulheres do Distrito de Taracuí têm na produção da cerâmica mais do que sua fonte de renda sustentável,

por terem no cotidiano o potencial de "um" fazer político que atua diretamente na vida dos povos indígenas do Alto Rio Negro.

As transformações socioculturais vivenciadas pelos indígenas do Alto Rio Negro em diversos contextos históricos de relações com os não indígena, desde os tempos de práticas coloniais até os dias de hoje, não deslegitimaram a história e os conhecimentos das mulheres indígenas. Pelo contrário, as práticas cotidianas, como as do fazer cerâmica, foram reconfiguradas para atuar como estratégias de resistência étnica na manutenção da autonomia política dos povos indígenas.

Na oportunidade, Sileusa agradece a CAPES na qual é bolsista e ao financiador do apoio a viagem até a cidade de Belo Horizonte CAPES PROAP e FAPEAM PROSGRAD 2023-2024 para apresentar o trabalho na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia.

Referencias Bibliográficas

CALDAS *ET.AL.* Cerâmica Tukano/(texto Juliana Lins).--1. ed.-- São Paulo: ISA-Instituto Socioambiental: FOIRN – Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, 2020.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1998. *O Trabalho do Antropólogo*. Brasília/São Paulo: Paralelo Quinze/Editora da UNESP. 220pp.

KOFES, Suely. Experiências Sociais, Interpretações Individuais: histórias de vida, suas possibilidades e limites.In: **Cadernos Pagu** (3) 1994: pp. 117-141.

MOREIRA, Cledson Gomes *et al.* Etnografia na produção das panelas de cerâmica indígena da AMIRT – Associação das Mulheres Indígenas da Região de Taracua. Universidade do Estado do Amazonas - UEA Edições. São Gabriel da Cachoeira – Amazonas, 2017

ORTOLAN MATOS, Maria Helena. **Rumos do movimento indígena no Brasil Contemporâneo: experiências exemplares no Vale do Javari**. Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2006.

ORTOLAN, Maria Helena e GRAMKOW, Márcia Maria. Trajetórias acadêmicas e perspectivas coletivas em reflexão: as potencialidades dos diálogos acadêmicos na formação universitária.In: Congresso Internacional Povos da América Latina (CIPIAL), 3,2019, Brasília, Anais, Brasília: CIPAL, 2019, Disponível em: <http://www.congressopovosindigenas.net/publicacoes> / Acesso em: 14 de maio de 2020